

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° 2015

(Do Sr. Uldurico Júnior)

Solicita seja encaminhado ao MPF, à Polícia Federal, à CGU, à Caixa Econômica Federal, e ao Ministério das Cidades o recebimento de grave denúncia entre o município de Teixeira de Freitas/BA e o Ministério das Cidades, para as devidas apurações.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que esta grave denúncia, recebida no gabinete da Câmara dos Deputados, seja encaminhada para as devidas apurações:

1. ao Ministério Público Federal (MPF) para os procedimentos necessários, a fim de que seja esclarecido.
2. à Polícia Federal, para as investigações necessárias, com o fito ser apurada a denúncia deste crime.
3. à Controladoria Geral da União (CGU)
4. à Caixa Econômica Federal
5. ao Ministério das Cidades, para relacionar as providências rigorosas que deverão ser tomadas na apuração desta denúncia.

JUSTIFICAÇÃO

O nosso gabinete, no Congresso Nacional, recebeu uma denúncia extremamente grave, referente a um convênio do Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC) 2 celebrada entre o município de Teixeira de Freitas/BA e o Ministério das Cidades.

Esta denúncia acusa que as obras referidas neste convênio foram supervvalorizadas, numa fraude vergonhosa que indica claro desvio de dinheiro público, além de outras irregularidades técnicas.

A reportagem publicada no site “Povo News”, no ano passado, relacionou o alto índice proporcional que o município Teixeira de Freitas receberia em relação aos outros municípios do Estado.

O fato de que apenas quatro municípios, dos 415, receberam 50% do total da verba destinada a todo Estado da Bahia, chamou os holofotes da mídia, devido a tamanha desproporção.

O prefeito de Teixeira de Freitas, acusado de imensas fraudes, teve sua prisão solicitada pelo Ministério Pùblico, por diversas irregularidades.

Sob o currículo do Ilustre Prefeito João Bosco Bittencourt, da cidade de Teixeira de Freitas/BA, pesa a acusação de fraudes no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (relacionado a aluguel de software), estranhamente não apurado com rigor, pelos órgãos responsáveis.

Importante ressaltar que defendo a destinação de recursos para Teixeira de Freitas, no entanto, tenho dever de cobrar apuração rigorosa do poder público para que haja transparência e impossibilite qualquer forma de fraude que possa macular a imagem do município e do seu povo, o qual tive a honra de ser majoritariamente escolhido como parlamentar.

Tendo em vista todo exposto, conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Comissões, em 20 de julho de 2015

Dep. Uldurico Junior

PTC/BA